

JORNAL DA TARDE 12 DEZ 1986

A economia parada, à espera de definições.

Ocom - Brasil

A oposição entre o país real, cercado de problemas econômico-financeiros da maior gravidade, e o país oficial, dominado por uma retórica cada vez mais abstrata, começa a atingir um grau perigoso, que torna insustentável a falta de realismo das autoridades econômicas. Exemplos dessa contradição surgem todos os dias, mas o governo aparentemente ainda não se convenceu de que chegou o momento de fazer o jogo da verdade, como mostra o desencontro entre o que diz o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, e um de seus assessores, que preferiu o anonimato. Enquanto o assessor informa que o governo já está estudando os meios de promover um amplo realinhamento de preços em janeiro, envolvendo mais de 500 produtos, o ministro insiste em que isso não vai acontecer.

Com uma convicção inquietante, o ministro da Fazenda sustenta que o realinhamento de preços não será necessário, "porque o Plano Cruzado II foi suficientemente forte para ajustar a economia do País" (grifo nosso). Não é esta a opinião dos empresários que temos ouvido, nem a nossa, pois acreditamos que se o Cruzado II foi suficiente para alguma coisa foi para atenuar temporariamente os efeitos do desajuste estrutural de que nossa economia continua sofrendo e, mesmo assim, para atenuar apenas a parte desses efeitos sofrida pelo governo. Para o resto do País, o Cruzado II apenas agravou os efeitos desse desajuste, não tanto pelo que ele fez — que foi cobrar do resto do País a conta que deveria ser paga pelo governo — mas sim pelo que ele não fez.

Agora também o FMI se junta àqueles que, apesar de favoráveis aos objetivos propostos pelo Plano Cruzado original e por seu último desdobramento, lhe dão o seu apoio com restrições. O organismo internacional, tal como antecipara o ministro Dílson Funaro, aprovou os ajustes do final de novembro e enviou telex ao Clube de Paris, abrindo caminho para a renegociação da dívida brasileira com os credores oficiais e privados. Contudo, os dirigentes do Fundo deixaram clara a sua preocupação com as contas externas brasileiras, que sofreram considerável deterioração nos últimos meses, em razão da queda das exportações e do aquecimento da demanda interna; com a falta de medidas para atrair investimentos estrangeiros; com a persistência dos controles que impedem o funcionamento do sistema de preços e provocam um conjunto de distorções em todos os setores, e com a manutenção dos subsídios.

Estará o FMI sozinho ao manifestar essas restrições? Ao contrário, as críticas desse organismo são exatamente as mesmas que têm sido feitas no Brasil por economistas, homens de empresa e pela opinião pública em geral, preocupados com os desacertos ou, mais que isso, com o imobilismo das autoridades em matéria de política econômica, entre março e fins de novembro.

Não deixa de ser estranho ver o mesmo ministro que não hesitou em mandar apreender bois no pasto há três meses confessar, hoje, que "não existe mesmo" carne suficiente para atender à demanda, em virtude do elevado abate de matrizes ocorrido na recessão do começo desta década e que o jeito é se conformar com substitutos. Mudou o ministro Funaro ou a realidade? Mais surpreendente ainda é o fato de o ministro da Fazenda admitir que a economia não pode crescer 11% ao ano, pois não foram feitos os investimentos em energia e outros insumos. Quem, senão ele, imprimiu esta velocidade ao crescimento? E se não o fez propositalmente por que esperou tanto tempo para ajustar a economia? Por que nada foi feito antes de 15 de novembro para deter esse crescimento em 5%, taxa que o próprio ministro considera viável?

A única coisa que o ministro promete é reduzir as taxas de juros, hoje em patamar "exagerado e insustentável" (230% na ponta de captação), terminologia que nos faz prever que, mais uma vez, "vai sobrar" para os banqueiros. O que o ministro não menciona é que os juros chegaram onde estão porque o governo deu a partida e acelerou esta corrida em função de sua necessidade de captar dinheiro no mercado financeiro para cobrir o seu déficit... Este recurso de falar dos efeitos inesperados ou indesejáveis de sua própria política, como se nada tivessem a ver com ela, certamente não ajuda nada a implantar o clima de tranquilidade que tanta falta está fazendo para que a economia possa recomeçar a funcionar.

O fato é que se os desacertos da atual política econômica forem mantidos, ou simplesmente imputados a novos "bodes expiatórios", os estragos na economia poderão ser irrecuperáveis... O discurso do ministro continua sendo vago quanto ao que é essencial, e enquanto esta situação perdurar sendo vago o sistema produtivo nacional cogido, e a produção de vários setores continuarão totalmente desorganizada.

Quem intuiu com muita clareza essa situação e os riscos que ela encerra foi o empresário Paulo Francini, diretor da Fiesp e assessor especial do próprio ministro da Fazenda em São Paulo. Segundo Francini, depois do Cruzado II "não existe qualquer sinalização na economia e a situação é imobilizante" (grifo nosso). Os empresários simplesmente não estão podendo programar as atividades de suas empresas para o próximo ano porque faltam parâmetros para análises e também porque não existem recursos para que se protejam contra a inflação futura, cujos rumos são desconhecidos.

O quadro pintado por Paulo Francini aponta, num futuro muito próximo, para um cenário de recessão econômica. Sem sinais claros do governo a respeito dos rumos que pretende dar à economia, sem regras definidas, os empresários certamente deixarão de fazer investimentos, sobretudo nessa fase de retorno da ciranda financeira.

Com razão, o empresariado brasileiro aguarda ansioso uma resposta das autoridades a seu pedido de revisão dos preços que se encontram desalinhados, principalmente após o pacote de novembro, que elevou as tarifas de eletricidade, telefones e correios. Se, nos próximos dias, o governo não levar em conta os problemas enfrentados pela grande maioria das empresas, a classe empresarial tenderá a retirar o apoio que tem dado à política econômica do presidente Sarney. A retirada desse apoio é apenas um gesto político, mas que, nas atuais circunstâncias, pode ter um peso decisivo...

O mesmo ambiente de perplexidade diante da falta de perspectivas para o futuro pode ser sentido no setor agropecuário, ainda à espera de uma política realista. Na semana passada, no Paraná, durante encontro promovido pela Frente Amplia da Agricultura Brasileira (Faab), o ministro Iris Rezende, da Agricultura, passou por momentos constrangedores ao debater com representantes da classe. O ex-presidente da Associação Paranaense de Suinocultura, Flávio Teixeira de Freitas, comparou o ministro a "um boneco que grita, gesticula, mas não faz nada a não ser enganar a torcida". Como no caso dos empresários industriais, os ânimos se exacerbaram na agricultura após o Cruzado II mais pelo que ele não fez do que pelo que ele fez, em razão da descrença e das incertezas que esta lacuna manteve presentes.

O descontentamento dos empresários e as críticas à política econômica, feitas interna e externamente, apontam para a necessidade urgente de acabar com esta divisão entre o país real e o discurso que sobre ele fazem os habitantes do país oficial. É hora de avaliar os erros do passado — e o principal deles foi a falta de realismo — e de começar a encaminhar a economia para o livre funcionamento, tarefa que começa pelo reajuste dos preços que desatará o nó em que está preso o sistema de produção. A menos que este governo queira assumir outra vez o risco implícito nessa insistência incompreensível de prometer que não fará aquilo que sabe que, logo mais, terá de fazer.